

IMPERFEITO E PREDICAÇÃO DE EXISTÊNCIA

OTÍLLA DA COSTA E SOUSA

(Escola Superior de Educação de Lisboa

Grupo Gramática e Enunciação - FCSH - U.N.L.)

Resumo

A presente comunicação insere-se num estudo cujo objectivo é descrever os usos do pretérito imperfeito num *corpus** de aquisição do português europeu. Esta primeira análise incide sobre o uso do imperfeito e a predicação de existência na abertura das narrativas das crianças em contraste com a narrativa dos adultos. Analisam-se enunciados estritamente existenciais confrontando-os com enunciados locativos. É consensual que existe similitude entre frases existenciais e locativas. No *corpus*, os verbos mais frequentes na abertura das narrativas são *ser* e *estar*.

Numa abordagem que se pretende transcategorial, mostra-se como se conjugam os diferentes marcadores na organização dos enunciados de abertura das narrativas na função da predicação da existência. Os tipos de construções mais frequentes são: *ser um N*, *estar um N*, *haver um N*. Descrevem-se os valores semânticos de *ser*, *estar* e *haver*, analisa-se a operação de localização de que o imperfeito é marcador, sublinha-se o papel da determinação indefinida, explica-se a razão da ausência de qualquer elemento à esquerda do verbo nestes enunciados.

Como se verifica neste tipo de enunciados a ordem canónica SVO é substituída por V(X). Tais construções permitem ao SN surgir em posição não inicial. Sendo a posição inicial a posição preferencial do sujeito (agente ou tópico), este tipo de construção é verdadeiramente a construção que favorece a predicação da existência, isto é, permite construir a existência de um objecto linguístico como tal, introduzindo-o num espaço enunciativo.

1. Construção linguística da existência

A construção linguística da existência de uma entidade e da sua localização no espaço e no tempo reveste-se, nas diferentes línguas, de formas muito diversas. O facto de haver línguas que se servem do mesmo verbo para exprimir a existência, a localização, a atribuição pode tornar os enunciados ambíguos (veja-se o caso do francês e do inglês, por exemplo). O problema pode agravar-se em línguas (como o polaco ou o finlandês, por exemplo) que não possuem artigos (Kaczorowska, 1994; Huumo, 1996). Em português historicamente conservámos três formas que podem, pelo seu semantismo, predicar a existência: *ser*, *haver*, *existir*. No *corpus* os verbos mais utilizados no imperfeito para introduzir entidades no espaço enunciativo são o verbo *ser* e o verbo *estar*. Enquanto a predicação da existência é uma das funções habitualmente apontada a *ser* (Benveniste, 1966; Demonte, 1979; Gomez-Dias, 1992), *estar* é considerado um verbo locativo (Ranchod, 1990; Gomez-Dias, 1992; Valentim, 1998).

Os enunciados existenciais e locativos são semanticamente muito próximos. Afirmar a existência de algo significa afirmá-la num certo universo espacial e temporal¹, mesmo se este não é construído como tal. E, inversamente, localizar algo no espaço e no tempo equivale à assumpção da existência desse algo: só se pode afirmar que algo está se algo existe. E se algo existe tem que pertencer a um qualquer universo (Lyons, 1970). Concluindo, não há predicação sem coordenadas espácio temporais e estas só ganham estatuto com a predicação.

2. Marcadores existenciais

Enunciar equivale a construir na língua e pela língua, objectos linguísticos que, paulatinamente, após uma primeira introdução no espaço enunciativo vão sofrendo alterações sucessivas, múltiplas localizações, (Campos 1997:143). Isto é, vão ganhando determinação. A construção de objectos linguísticos e a sua sucessiva determinação fazem intervir o conjunto dos parâmetros constitutivos do discurso. A sucessão destes parâmetros manifesta-se explicitamente na linearidade do discurso, cada uma das localizações deixa traços ao nível das marcas linguísticas. O conceito de localização permite-nos precisar a natureza das operações que estão presentes no discurso: as operações são conceitos relacionais, que podem estabelecer-se no interior dos enunciados, entre os enunciados ou com o seu exterior. Construir a existência de um objecto linguístico implica a localização dessa existência realizada por marcadores existenciais, no nosso *corpus* os verbos *ser*, *haver* seguidos de uma expressão indefinida:

Ser um N

Haver um N

A operação de localização do objecto linguístico por um marcador de existência é indispensável para que a predicação feita a propósito desse objecto

se torne pertinente. Não se pode predicar sobre uma entidade se anteriormente não se construiu essa entidade. No oral raramente um enunciado começa por *um*, *uma*, porque os indefinidos enquanto tais são, do ponto de vista da construção da determinação, de uma grande indeterminação. Assim a frase:

(1) *Um rapaz joga à bola

é pouco aceitável, porque não tendo localizador, *um rapaz* não pode ser identificado pelo co-enunciador ao mesmo tempo em que é dada a informação *joga à bola* sobre ele. Identificação e predicação estão pois, necessariamente, inscritas numa ordem de sucessão restrigente: não se pode trazer à existência uma entidade e, simultaneamente, dizer acerca dela qualquer coisa. Assim existência e predicação encontram-se numa relação de ordem: 1. "existe *a*", 2. "*a* está localizado em relação a *sit*", 3. "*aRb*" (Culioli, 1971: 9,10).

Note-se, no entanto, que no discurso escrito e sobretudo na narrativa, um enunciado como (1) seria possível, na medida em que a localização, a identificação da entidade seria dada pelo contexto, i.e., pela sua inscrição implícita num mundo mítico.

Assertar algo acerca de uma entidade implica que esta não seja considerada como nova, mas que tenha acedido a uma certa estabilização, para ser ponto de partida para uma predicação. Se um referente não pode abruptamente, quando é introduzido no discurso, ser objecto de tópico, mas ser primeiro comentário, a posição preferencial para esta função é a posição à direita do verbo. É este tipo de ordem gramatical que se encontra nos enunciados do tipo:

- (2) a. Era um passarinho que estava no ninho
b. Estava um cavalo a correr

Como se verifica nestes enunciados, a ordem canónica SVO é substituída por Vx, sendo x substituível por *um N*. Tais construções permitem ao SN surgir em posição não inicial. Sendo a posição inicial a posição preferencial do sujeito (agente ou tópico), este tipo de construção é verdadeiramente a construção que favorece a predicação da existência, isto é, permite construir a existência de um objecto linguístico como tal, trazê-lo à existência, para que seguidamente seja possível assertar algo sobre esse objecto. Os verbos *ser* e *haver* e o indefinido têm um papel importante na predicação de existência. O verbo *existir* não surge no *corpus*, embora possa servir de paráfrase a *ser* e *haver*. *Existir*, dado o seu semantismo, é mais consentâneo com a predicação de existência genérica ou absoluta: *Deus existe*. *Ser* e *haver* são predicadores de existência num mundo dado, isto é, são predicadores de existência específica. Pela combinação com o imperfeito inscrevem a existência num universo fictício. O verbo *estar*, sem habitualmente ser considerado um predicador de existência, serve de suporte à introdução de entidades no universo narrativo. Como foi dito, *estar* é um verbo locativo, isto é, situa uma entidade num espaço físico. Enquanto *ser* e *haver*, neste contexto, não aceitam qualquer tipo de formatação, *estar* introduz uma

certa formatação: *estava no prado, estava a correr...* Como vemos, *estar* coloca a entidade introduzida ou num cenário ou numa acção. Verifica-se que quando a história abre com *ser* o contexto mais comum é:

(3) Era um pássaro que estava no ninho.

Enquanto quando abre com o verbo *estar* o contexto mais comum é:

(4) Estava um cavalo a correr

Cotejando os dois tipos de enunciados chega-se à conclusão que *estar* supõe a predicação da existência e, por isso, *era* é omissivo.

Em (2), (3) e (4) a forma verbal introdutora da existência é sempre seguida por um SN indefinido. Qual o papel do indefinido na introdução de entidades na abertura das narrativas? O artigo indefinido é marcador de percurso, seguido de extracção de um elemento de um domínio nocional (Culioli, 1995; Correia, 1997). O indefinido por si só não instala o referente, mas participa dessa instalação: marca que o referente introduzido pela operação existencial é o primeiro elo de uma cadeia de referência, um referente novo cuja presença não é suposta pelo texto ou pelo contexto. O segundo elo deve necessariamente aparecer acompanhado de uma determinação definida, operação segunda ou de re-identificação (Correia, 1997). Se o indefinido participa da construção da existência, sendo marca de uma operação de extracção sobre um domínio nocional, o trazer à existência deve ser introduzido por um operador existencial. Assim, se um operador existencial é necessário ao N marcado por um indefinido, reciprocamente o indefinido é importante no seio de uma estrutura de predicação de existência (Valentim 1998: 54). Compreender a construção e afirmação de existência como um primeiro passo para a determinação leva-nos a distinguir indefinidade e indeterminação. O indefinido é traço da operação que consiste em trazer algo à existência. Afirmar a existência de algo constitui o primeiro grau de determinação possível.

Se enunciar é eliminar progressivamente a indeterminação, os indefinidos têm por função determinar uma parte da extensão do domínio nocional, delimitar um *quantum* de um dado domínio nocional. A ocorrência extraída serve de suporte à enunciação dos elementos que se seguem. E estes, por sua vez, vêm acrescentar referenciação à predicação de existência, i.e., permitem construir a estabilidade existencial da entidade introduzida.

Na abertura das narrativas depois do marcador existencial, do grupo nominal indefinido, o elemento mais frequente é *que*:

(5) a. era uma vez um N que

b. era um N que

que retoma a ocorrência extraída para que sobre ela se possa predicar (Campos 1989: 51). Este desdobramento mostra que não podemos introduzir no discurso um novo objecto e simultaneamente predicar sobre ele: primeiro a entidade deve

ser introduzida no espaço enunciativo, a sua referência é retomada e só então se torna possível a predicação de estados ou eventos sobre essa entidade. Assim se explica a não aceitabilidade de

(6) *Um homem mora na casa ao lado

na medida em que o co-enunciador não pode tratar um objecto que não foi ainda identificado. Tomemos como exemplo os enunciados:

(7) a. Era uma vez um pardal que estava no seu ninho

b. Era uma vez um cavalo que andava a correr

Como já assinalámos, os sujeitos introduzem inicialmente a entidade (*era* é auxiliar de existência (Valentim 1998: 61) e *um N* marcador de extracção de uma ocorrência do domínio nocional) e só depois de esta ser introduzida é que está apta a ser suporte de uma predicação. Precisamente *que* retoma *um N* permitindo que sobre ele se predique: *andava a correr, estava no ninho*.

Note-se que a organização sintáctica *estar*+SN indefinido aproxima-se da organização sintáctica da predicação de existência, mas afasta-se desta precisamente neste desdobramento:

estava+ *um N em/a*

era+ *um N + que*+ Verbo *em/a*.

A posição das formas verbais no início do enunciado é, como afirmámos, a mais consentânea com a predicação de existência². A diferença posterior na organização sintáctica remete-nos, precisamente, para a diferença na assumpção da existência subjacente aos dois verbos: pressuposta em *estar*, construída em *ser*.

Até aqui ocupámo-nos do papel do verbo, do SN indefinido e do *que* relativo na construção e estabilização da existência da primeira entidade introduzida na narrativa. Em guisa de conclusão, poderemos dizer que na abertura das histórias, para introduzir as entidades, os sujeitos utilizam os verbos *ser*, *haver*, *estar*. Enquanto *ser* e *haver* são verdadeiros introdutores de existência, *estar* é um verbo locativo. *Estar* localiza os entidades num dado espaço-tempo, tendo a localização subjacente a existência. O SN indefinido marca o percurso num domínio nocional e a extração de um elemento sem propriedades distintivas, o pronome relativo permite a introdução das propriedades diferenciadoras desse elemento.

Os verbos utilizados são verbos de estado que se combinam com o presente (Sousa, 1998) ou com o imperfeito. O presente e o imperfeito confirmam a natureza homogénea destes verbos.

3. Existência e Imperfeito

A tarefa consiste em contar uma história. Contar é criar um mundo em ruptura com o mundo do *nunc* para no mundo do *tunc* construir um universo

outro (Fonseca, 1992). A maioria dos sujeitos (ver Sousa, 1998; Batoréo, 1998) marca a construção do seu texto num plano em ruptura com o eu-aqui-agora. Na construção desse plano outro, o imperfeito desempenha um papel fundamental, como podemos verificar no quadro 1:

	G1	G2	G3	G4
presente	45%	25%	5%	40%
imperfeito	55%	75%	95%	60%

Como vemos, a utilização do imperfeito nos enunciados de abertura das histórias varia segundo o grupo etário³. Há um aumento no uso do imperfeito com a idade, atingindo os 95% aos 10 anos, mas os adultos não confirmam a preferência pelo imperfeito, manifestada pelos sujeitos de 10 anos. O quadro mostra que os G1 e G4 se aproximam na frequência de utilização do presente e do imperfeito.

O imperfeito marca a construção de um plano em ruptura com o eu-aqui-agora, nesse plano é construído pelos sujeitos o universo narrativo. Desse universo fazem parte, por definição, tempo, espaço e personagens (Fayol, 1985; Genot, 1990; entre outros). Dada a ruptura com o plano enunciativo, torna-se necessário construir linguisticamente o tempo, as personagens e o espaço.

Na secção anterior, descrevemos a construção das entidades, passaremos a analisar o modo como o imperfeito intervém na construção do plano temporal.

Qual a especificidade do imperfeito na marcação da existência?

Pode aproximar-se a predisposição do imperfeito para predicar a existência com a característica que lhe é apontada por Ducrot (1979), a saber: o imperfeito tem função puramente qualificativa. Segundo Ducrot, o imperfeito caracteriza-se por aparecer em enunciados em que há sempre expresso ou subentendido um tema (tópico) temporal, quer seja um período de tempo, como *naquela época*, quer seja um objecto submerso em um período de tempo como *Napoleão* (idem: 6-7). O imperfeito qualifica esse tema, atribuindo-lhe uma propriedade, e qualifica-o sem o analisar, considerando-o em bloco. Mas a aptidão do imperfeito para a abertura da história tem a ver com uma outras características do imperfeito, nomeadamente, a sua imperfectividade. É, precisamente, o facto de marcar um tempo não delimitado que deu a esta forma verbal o nome que tem: *imperfectum*⁴

Mas parece-me que a característica do imperfeito determinante neste tipo de uso é o facto de o imperfeito ser marcador de uma operação de translação (Culioli, 1980; Campos, 1997; Lebaud, 1993). Entendemos translação no seu sentido estrito (matemático). Todo o enunciado tem por localizador de base a situação de enunciação constituída pelas coordenadas deícticas da enunciação: o *hic et nunc* do enunciador. Contudo, no caso de um enunciado no imperfeito, o

enunciador escolhe como localizador um outro localizador secundário (doravante T₃) a partir do qual constrói a sua representação. Esta operação de localização do evento no imperfeito em relação a T₃ tem sempre um valor de concomitância. Tal como em matemática, quando se trata de construir vectores, estamos perante uma translação do ponto de origem. O localizador secundário pode assumir formas variáveis:

- um adverbial temporal (era uma vez um gato)
- um sujeito temporalizado (ou cuja localização no tempo é do domínio do pré-construído) (Napoleão gostava do vinho do Alentejo)
- uma forma verbal (quando acordou, estava cego).

Note-se que frequentemente estas formas aparecem associadas. No *corpus* os sujeitos, quando construíram T₃, utilizaram sempre os adverbiais autónomos *uma vez e um dia*:

	G1	G2	G3	G4
uma vez	20%	45%	35%	25%
um dia	0%	5%	5%	1.6%

Os resultados do quadro permitem-nos concluir que a construção de T₃ não é muito importante para os sujeitos. Só no G2 atinge os 50%.

Uma vez construído o localizador T₃, tem lugar uma outra operação enunciativa: trata-se de construir o ou os acontecimentos linguísticos localizando-os relativamente a T₃ e, simultaneamente, marcando o ponto de vista do enunciador sobre esses mesmos acontecimentos⁵.

3.1 Imperfeito na abertura das narrativas

Vejamos como os sujeitos constroem a abertura da narrativa quando utilizam o imperfeito:

	G1 11 imp	G2 15 imp	G3 19 imp	G4 36 imp
era uma vez um N	4	8	7	15
era um N	1	2	9	0
havia um N	1	0	0	2
estava um N	0	1	0	7
um N estava	1	1	2	1
outros	4	3	1	11

Verificamos que na abertura das narrativas o verbo mais frequente é *ser*, embora a sua distribuição pelos diferentes grupos etários não seja regular. Os grupos 2 e 3 são o que mais utilizam o verbo *ser* no imperfeito. O grupo 1 e o

grupo 4 utilizam expressões diferentes na abertura das narrativas. *Haver* é um verbo pouco frequente e *estar* é um verbo que tem alguma importância no grupo dos adultos.

Em outros, um dos verbos mais utilizado, é *correr* tendo como auxiliares *andava* (6) e *ia a* (3):

- (8) a. Um cavalo ia a correr mas (G4)
- b. Um dia um cavalo andava a correr pela selva (G2)

Ser e *haver* são, por excelência, marcadores de existência. Apesar de não ser marcador de existência, o verbo *estar* surge também no início das narrativas como introdutor das entidades no espaço enunciativo. Como vemos, pode ocorrer tanto no *corpus* dos adultos como no das crianças em dois contextos sintácticos: *estava um N*, (similar à organização sintáctica já analisada para *era um N* e *havia um N*) e *um N estava*. Atrás vimos que este último contexto sendo pouco aceitável, pode justificar-se pela sua inserção na narrativa.

Do que ficou dito, parece-nos fácil explicar o papel do imperfeito na abertura das histórias. Assim, a operação de translação marcada autoriza a construção de um "mundo" alternativo - localizado num outro espaço, num outro tempo. A imperfectividade sublinha o carácter aberto por natureza desse mundo translato e a não formatação da existência.

A expressão linguística dessa translação pode, como assinalámos, apresentar, no *corpus*, diversas formas: o imperfeito

era um cavalo
 Havia um cavalo
 estava um cavalo

ou o imperfeito combinado com um adverbial autónomo

era uma vez um cavalo
 um dia estava um cavalo.

Como vemos, a natureza do localizador do imperfeito é diferente. *Um dia* ou *uma vez* são os localizadores temporais do imperfeito: a partir de um momento construído em ruptura com a situação de enunciação, perspectiva-se a história. No outro tipo, o imperfeito marca a operação de translação, mas não surge um localizador que o suporte referencialmente. Uma das características mais apontadas ao imperfeito é o facto de este não ser autónomo referencialmente (Houweling 1992; Vet & Molendijk 1986; Campos & Xavier 1991; Lebaud 1991,1993; Berthonneau & Kleiber 1993, 1994, 1997; Le Goffic 1995 - entre outros).

Dada a sua dependência referencial como explicar o uso do imperfeito sem um T₃ explícito que o localize?

Neste caso o localizador é recuperado contextualmente, pela inserção num tipo discursivo dado — a narrativa.

3. Conclusão

Ao utilizar o imperfeito na abertura da história o enunciador introduz, como afirmei, uma operação de translação em relação à situação de enunciação origem, criando um plano fictício de enunciação. Ao inscrever o universo narrativo num plano fictício o enunciador utiliza o imperfeito como operador modal. Ao construir a existência como não delimitada o enunciador utiliza as características aspectuais do imperfeito. Na construção da existência, na abertura das narrativas, combinam-se o valor aoristo e a imperfectividade do imperfeito, a posição pós-verbal e a indefinidade do sintagma nominal.

Concluindo, para dar conta da construção da existência na abertura das histórias é necessário uma abordagem transcategorial que conjugue determinação nominal determinação verbal e modalidade.

Notas

O *corpus* de que parte este estudo é constituído pelas narrativas relativas à História do Cavalo e à História do Cão e do Gato (Batoréo 1996). Este foi realizado no âmbito de um projecto mais vasto do Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (síntese em Faria e Batoréo 1993).

1 Segundo Ludtke (1951: 173,174) em alemão, por exemplo, não há um verbo para especificamente predicar a existência. Havendo um verbo impessoal este tem um uso muito limitado. À predicação de existência os verbos alemães associam informação “mais concreta, mais pormenorizada”. O mesmo se passa em relação ao verbo *estar* que em alemão pode *ser* traduzido por *stehen*, *liegen*, *sitzen* e veicula sempre informação complementar, consoante a ocupação do espaço.

2 Como vemos, *estar* apresenta à sua direita um SN indefinido, tal como *ser e haver*, i.e., apesar de verbo locativo, organiza-se como marcador existencial. Em línguas que não possuem marcador formal de indefinidade e que possuem um só verbo para predicar existência e localização (como o polaco e o finlandês, por exemplo), verificamos que a posição pré ou pós-verbal do SN é fundamental na distinção entre enunciados locativos e enunciados existenciais. Vejamos, em primeiro lugar, exemplos do finlandês (Huomo 1996):

1. *Vetsti on poydalla*

faca+ N é mesa+ADE

A faca está sobre a mesa

2. *Poydalla on vetsti*

mesa+ADE é faca+ N

Há uma faca sobre a mesa

Em polaco, segundo Kaczorowska (1994), o carácter definido/indefinido manifesta-se de três modos distintos: uso de pronomes de tipo *te «este», jakis «um certo»*; a entoação e a ordem dos elementos no enunciados (*idem*: 299). Nos enunciados que se seguem é a ordem dos elementos o marcador mais importante da definitude/indefinitude dos mesmos e, conseqüentemente, da função locativa ou existencial dos enunciados:

Kstazki sa na stole

livros (N) são sobre mesa (L)

Os livros estão sobre a mesa

Na stole sa kstazki

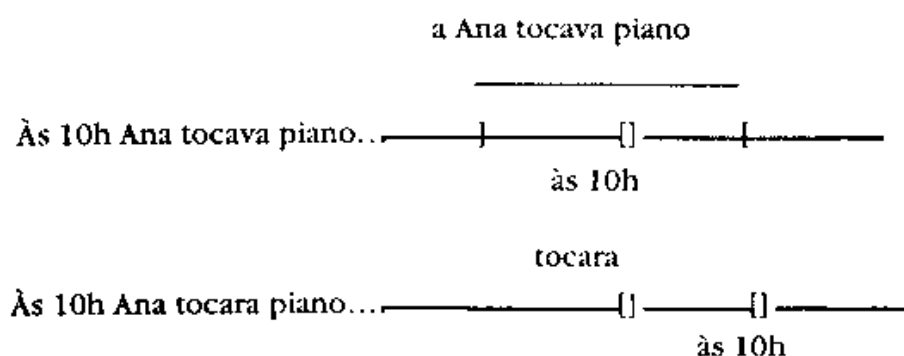
sobre mesa (L) são livros (N)

Há livros sobre a mesa

3 Os sujeitos pertencem a quatro grupos etários: 5 anos (G1), 7 anos (G2), 10 anos (G3) e adultos (G4). Cada grupo de crianças é constituído por 10 sujeitos que contam duas histórias cada (i.e., cada grupo de crianças produz 20 textos, num total de 60 textos), o grupo de adultos é constituído por 30 sujeitos, contando duas histórias cada um (60 textos).

4 Por volta do século II, *imperfectum* substitui a designação de *infectum* opondo-se assim aos outros tempos do pretérito particularmente ao *praeteritum perfectum* cujo qualificativo habitual era, por vezes, glosado por *completum* ou *absolutum* (Mellet 1988: 8).

5 O imperfeito marca coincidência com T₃ e uma perspectiva interna do acontecimento linguístico. É precisamente esse ponto de vista do interior que permite apresentar parte do acontecimento como uma virtualidade:



Note-se que é a forma verbal que exprime o tipo de relação entre T₃ e o acontecimento linguístico.

Referências Bibliográficas

BATORÉO, H. (1996) *Contribuição para a Caracterização da Interface Expressão Linguística - Cognição Espacial no Português Europeu. Abordagem Psicolinguística da Expressão do Espaço em Narrativas Provocadas*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- BATORÉO, H. (1998) «Children's discourse in european portuguese narratives: expression of existence versus expression of action in setting of spatial frame and spatial anchoring». Comunicação apresentada no encontro *Children's discourse from a narrative perspective: action and consciousness in story construction*, Kazimierz Dolny, Setembro, 17-21, 1998.
- BATORÉO, H. & FARIA, I. H. (1998). Representation of movement in European Portuguese. in *Children's Language*, vol 10, Laurence Erbaum (in press).
- BENVENISTE, E. (1966) *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris, Gallimard.
- BERTHONNEAU, A.-M. & G. Kleiber (1993) «Pour une nouvelle approche de l'imparfait: l'imparfait, un temps anaphorique méronomique», *Langages* 112: 55-73.
- BERTHONNEAU, A.-M. & G. KLEIBER (1994) «Imparfait de politesse: rupture ou cohésion», *Travaux de Linguistique* 29: 59-87.
- BERTHONNEAU, A.-M. & G. KLEIBER (1997) «Subordination et temps gramaticaux: l'imparfait en discours indirect», *Le Français Moderne* LXV 2: 113-141.
- CAMPOS, M.H. C. (1989) *Abordagem Enunciativa de um Subsistema Modal do Português: os Verbos Dever e Poder*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- CAMPOS, M.H. C. (1997) *Tempo, Aspecto e Modalidade*, Porto, Porto Editora.
- CORREIA, C. N. (1997) O nome dos nomes. In *Sentido que a vida faz, estudos para Óscar Lopes*. Porto, Campo da Letras: 547-556.
- CULIOLI, A. (1971) «A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles», *Mathématiques et Sciences Humaines*, T.34, Paris, Gauthier Villars: 7-15.
- CULIOLI, A. (1980) «Valeurs aspectuels et opérations énonciatives: l'aoristique». In DAVID, J. & R. MARTIN (eds.) *La Notion d'Aspect*, Paris, Klincksieck: 181-193.
- CULIOLI, A. (1995) *Cognition and representation*. Amsterdam: John Benjamins.
- DEMONTE, V. (1979) «Semántica y sintaxis de las construcciones con 'ser' y 'estar'», *Revista Española de Lingüística* 133-171.
- DUCROT, O. (1979) «L'imparfait en français», *Linguistische Berichte* 60: 1-23.
- FARIA, I. H. & H. J. Batoréo (1993) «Corpus de aquisição do Português europeu: Base de dados CHILDES», *RILP* 10: 137-145
- FAYOL, M. (1985) *Le récit et sa construction*, Neuchâtel, Paris, Delachaux & Niestlé.
- FONSECA, F. I. (1992) *Deixis, Tempo e Narração*, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida.
- GENOT, G. (1990) *Grammaire & Récit*, Paris-Nanterre, Erasmé.
- GOMEZ-DIAS, M. (1992) - «Emploi de SER & ESTAR avec des adjectifs, en référence à l'anglais». In J. Guillemin-Flescher (ed.) *Linguistique Contrastive et Traduction*, Paris, Ophrys: 129-156.
- HOUWELING, F. (1986) - «Deictic and anaphoric tense morphemes». In Lo Cascio, V. & C. Vet (ed.) *Temporal Structure in Sentence and Discourse*, Dordrecht, Foris: 161-190.

- KACZOROWSKA, E. (1994) «Sur les énoncés existentiels et situatifs en polonais», *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris* LXXXIX 1: 289-307.
- LEBAUD, D. (1991) «L' imparfait une approdre à partir de quelques effets causés par le discours grammatical dominant» *Les cahiers du CRELEF*, 39: 49-69.
- LEBAUD, D. (1993) «L'imparfait: indétermination aspectuo-temporelle et changement de repère», *Le Gré des Langues* 5: 160-176.
- LE GOFFIC, P. (1995) «La double incomplétude de l'imparfait», *Modèles Linguistiques*, XVI, 1: 133-148.
- LUDTKE, H. (1951) «Sobre a função do verbo em românico, germânico e eslavo», *Boletim de Filologia* 12:157-183.
- LYONS, J. (1970) *Linguistique Générale: Introduction à la Linguistique Théorique*, Paris, Larousse.
- MELLET, S. (1988) *L'Imparfait en Latin Classique*, dissertação de doutoramento, U. de Sorbonne, Paris IV.
- RANCHOD, E. M. (1990) *Sintaxe dos Predicados Nominais com Estar*, Lisboa, INIC.
- SOUSA, O. C. (1998) «Children's epilinguistic activity in the construction of existence». Comunicação apresentada ao encontro *Children's discourse from a narrative perspective: action and consciousness in story construction*, Kazimierz Dolny, Setembro, 1998.
- VALENTIM, H. T. (1998) - *Predicação de Existência e Operações Enunciativas*, Lisboa, Colibri.
- VET, C. & A. Molendijk (1986) «The Discourse Functions of the Past Tenses of French». In Lo Cascio, V. & C. Vet (ed.) *Temporal Structure in Sentence and Discourse*, Dordrecht, Foris: 133-159.